

## A COMÉDIA DOS ERROS

Luiz Carlos Bresser Pereira  
(*Folha de S. Paulo*, 20/6/93)

*Abstract:* A Economia é provavelmente a mais avançada das ciências sociais, e todavia, talvez por isso mesmo, ou pela arrogância que essa pressuposição desperta nos economistas, quando penso nela enquanto ciência, uma das imagens que me vem à mente é a de uma "comédia dos erros" renascentista, cheia de qui-pró-quós e mal-entendidos. Por mais avançada que seja ela enquanto ciência, continua e sempre continuará muito longe da precisão que as ciências exatas ou naturais proporcionam.

A Economia é provavelmente a mais avançada das ciências sociais, e todavia, talvez por isso mesmo, ou pela arrogância que essa pressuposição desperta nos economistas, quando penso nela enquanto ciência, uma das imagens que me vem à mente é a de uma "comédia dos erros" renascentista, cheia de qui-pró-quós e mal-entendidos. Por mais avançada que seja ela enquanto ciência, continua e sempre continuará muito longe da precisão que as ciências exatas ou naturais proporcionam. Os filósofos da ciência não estão satisfeitos com a capacidade de explicação e previsão das ciências naturais, e o positivismo lógico vem sofrendo através deste século derrota após derrota, a partir da crítica metodológica de Popper, Feyerabend e Lakatos, e da crítica sociológica de Mannheim, Kuhn e Bourdieu. Mas ainda assim não é possível comparar os avanços dessas ciências com os das ciências sociais, inclusive a Economia.

As razões para isto são conhecidas. Ao contrário das ciências naturais, as ciências sociais lidam com um objeto - a sociedade - que (1) tem como núcleo o indivíduo dotado de um mínimo de liberdade e portanto de imprevisibilidade, que (2) tem como característica estar em permanente processo de mudança histórica, e que (3) tem como sina ou maldição ser ela própria um sistema de poder no qual as ciências sociais são um instrumento ideológico fundamental. Nesse sentido, as ciências sociais são muito diferentes das ciências naturais, que têm como objetos de análise átomos ou células desprovidas de liberdade, incapazes de história e isentas de ideologia. As ciências naturais e seus cientistas podem ser vítimas ou instrumentos das ideologias, mas não podem ser elas próprias a ideologia. Na medida em que seu objeto de estudo está em permanente processo histórico de mudança, as ciências sociais não experimentam um processo de desenvolvimento cumulativo. Ainda que a acumulação de conhecimentos e modelos seja possível, as

ciências sociais têm que ser reconstruídas a cada momento, à medida em que o seu objeto de estudo vai mudando.

Para o cientista social, portanto, a primeira qualidade talvez seja a da humildade em reconhecer os limites da própria ciência. Conforme declarou um pouco antes de morrer, aos 95 anos de idade, o economista inglês Austin Robinson, um colaborador de Keynes, criticando a ênfase em expectativas racionais e na matematização da economia que vem ocorrendo, "Nenhum economista é mais perigoso do que o teórico puro sem experiência prática e uma compreensão instintiva do mundo real... buscando precisão em um mundo de imprecisão". A humildade, entretanto, é muito difícil de ser alcançada, especialmente pelos economistas. A Economia surgiu como ciência quando os economistas clássicos perceberam que seria possível e desejável buscar as "leis naturais" que governam as relações econômicas dentro de mercados livres. Os economistas clássicos, entretanto, foram humildes o suficiente para perceberem que uma coisa era tentar descobrir essas leis, outra coisa reduzir a Economia a uma ciência natural matemática e exata. Por isso chamavam sua ciência de Economia Política, reconhecendo assim seu caráter eminentemente social e de poder. A partir do final do século XIX, porém, os economistas neoclássicos não resistiram à tentação naturalista e deram o passo adicional. Mudaram o nome da ciência de Economia Política para *Economics*, uma palavra nova que inventaram, distinta de *economy*, sem palavra correspondente no português, e a partir daí procuraram desenvolver o modelo matemático, lógico-dedutivo, monumental, que hoje constitui a Microeconomia. O modelo então desenvolvido, que buscou sua inspiração na física de Newton, baseou-se na pressuposição de um homem racional maximizando seus interesses no mercado, e chegou rapidamente à formulação de uma teoria matemática de equilíbrio geral do sistema econômico capitalista. Era intelectualmente um belo e poderoso instrumento analítico. E, ideologicamente, uma maravilhosa arma de justificação do sistema capitalista. Mas, enquanto análise da realidade econômica concreta deixava muito a desejar.

É nesse momento, ou, mais precisamente, na grande depressão dos anos trinta, que surge a Macroeconomia keynesiana. Muito mais ancorada na realidade, usando parte dos instrumentos lógico-formais da Microeconomia, mas adotando um método essencialmente histórico-indutivo, a revolução keynesiana representou um enorme avanço no pensamento econômico. E a partir dela a política econômica tornou-se uma possibilidade concreta. A Teoria do Desenvolvimento Econômico - que nasceu de Keynes, de uma perspectiva estruturalista latino-americana, e da perspectiva histórica da dinâmica capitalista que Marx havia desenvolvido - representou uma tentativa de compreender as especificidades dos países subdesenvolvidos. Se a Macroeconomia significava o reconhecimento do caráter histórico - além de lógico dedutivo - da Economia, a Teoria do Desenvolvimento significava a admissão do caráter histórico e dependente das economias periféricas.

Estes avanços, entretanto, representavam, do ponto de vista neoclássico, um retrocesso. E do ponto de vista conservador - do qual o pensamento neoclássico se

aproxima mas com o qual não deve ser confundido - significavam uma ameaça à ordem natural que o funcionamento livre do mercado, na formal definida pelo pensamento neoclássico, asseguraria. A Economia perdia a sua generalidade, deixava de se parecer com o modelo almejado das ciências naturais. A reação neoclássica não se fez, portanto, esperar. E o que vimos, principalmente nos últimos vinte anos, foi um enorme processo de cooptação da Macroeconomia e da Teoria do Desenvolvimento pela Microeconomia neoclássica, que, através do monetarismo de Friedman e dos teóricos neoliberais novo-clássicos (Lucas e Sargent), resultou na criação de uma Macroeconomia neoclássica. Dessa forma a Economia voltava a se alienar da realidade. Esta alienação, entretanto, não era privilégio do pensamento neoclássico. O keynesianismo, o estruturalismo e o marxismo também se alienavam, ao se fixarem defensivamente em um tipo de análise da realidade superada historicamente, e assim se confundiram com o populismo econômico.

Os economistas vivem perdidos no meio dessa confusão por eles próprios criada. O pensamento dominante é neoliberal, radicalmente conservador portanto, e neoclássico. Mas o pensamento keynesiano continua mais vivo do que nunca, a visão estruturalista ainda tem muito a contribuir, e a marxista, apesar da derrota do estatismo ter sido equivocadamente identificada com a sua derrota, está longe de ter esgotado seu poder explicativo. Os "ortodoxos", em cada um dos quatro campos, não percebem a riqueza de cada um dos sistemas de pensamento: o neoclássico como um instrumento analítico, lógico-dedutivo; o keynesiano, como um instrumento de análise dos agregados econômicos e de formulação de política econômica absolutamente fundamental; o estruturalista, como um instrumento teórico para compreender a rigidez dos mercados e as interdependências entre a economia e a política; e a análise de Marx, como um instrumento poderoso para compreender a natureza e dinâmica do sistema capitalista. Ao invés disso, cada grupo procura, ortodoxamente, ficar fiel apenas à sua própria visão, e construir arrogantemente um sistema teórico único e abrangente, esquecendo que sequer os físicos foram capazes de semelhante façanha. E com isso empobrecem sua capacidade de análise.

No Brasil temos sido duplamente vítimas dessa comédia de erros. Não somos capazes de desenvolver uma teoria econômica adaptada às especificidades de nossa economia e insistimos em aplicar aqui modelos que dizem respeito a uma realidade distinta, seja porque muito mais desenvolvida, seja porque atravessando tempos normais, enquanto a economia brasileira, desde o início dos anos 80, vive tempos anormais, marcado por uma profunda crise do Estado e por um fenômeno que nenhuma economia conheceu anteriormente: a hiperinflação indexada.

Desde os anos 50 os economistas têm gozado de um grande prestígio intelectual e político no Brasil. Primeiro, eram vistos como os formuladores de um projeto de desenvolvimento. Celso Furtado foi o paradigma dessa fase. Depois, como capazes de dotar a política econômica de racionalidade. Octávio Gouveia de Bulhões representou melhor do que ninguém esse papel. Mais recentemente imaginou-se que os economistas seriam capazes de estabilizar a economia brasileira, que uma crise fiscal do Estado havia levado à hiperinflação e à estagnação.

Depois, entretanto, de 13 anos de tentativas fracassadas, e principalmente depois do desastre que afinal representaram o Plano Cruzado e o Plano Collor, esta fé nos economistas foi fortemente reduzida. Com o Plano Cruzado perderam prestígio os economistas estruturalistas e keynesianos, com o Plano Collor e suas diversas sequelas, os neoclássicos ou monetaristas demonstraram sua incapacidade de resolver os problemas da economia brasileira.

Esta crise talvez venha a ser afinal salutar para o desenvolvimento da Economia no Brasil. Obrigar, certamente, uma revisão crítica do pensamento econômico. Mostrará que é tão arriscado basear a formação dos nossos economistas apenas em programas de doutorado americanos, intrinsecamente alienados de nossa realidade, como em programas de mestrado e doutorado nacionais ainda deficientes teoricamente. Mostrará que, sem a pretensão de se alcançar uma síntese entre as diversas escolas, será preciso estar sempre disposto a usar o que é útil em cada uma delas. Mostrará o quão inevitavelmente nocivas foram tanto as ideologias de direita quanto de esquerda para a compreensão e a solução da crise brasileira. Mostrará a necessidade de estarmos permanentemente pensando a economia brasileira enquanto economia capitalista específica e, ao mesmo tempo, como parte de um sistema mais amplo. Mostrará a urgência de se compreender melhor a economia mundial, da qual a economia brasileira cada vez mais depende. Mostrará que, ao enfrentar uma realidade histórica em mudança, o economista jamais terá outra alternativa senão basear-se criticamente na teoria econômica existente e, ao mesmo tempo, estar permanente revendo os modelos explicativos dessa realidade. Se isto de fato acontecer, a partir desta crise talvez a nossa comédia dos erros possa se transformar em, também, uma história de acertos.